

143

094



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno  
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 31942-6

COMARCA 1ª VARA – CARUARU

APELANTE: HYNGRID THATIANE CORDEIRO DE FARIAS E OUTROS

APELADO: BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A - BANDEPE

RELATOR DES. BARTOLOMEU BUENO

5459  
**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE OPOSIÇÃO – NÃO CABIMENTO EM EXECUÇÃO – PENHORA DE BENS – MENORES REPRESENTADOS – MAIORIDADE SUPERVENIENTE NO CURSO DA AÇÃO – INTERVENÇÃO MINISTERIAL DESNECESSÁRIA – SENTENÇA MANTIDA – APELAÇÃO DA PARTE AUTORA CONHECIDA E IMPROVIDA – APELO MINISTERIAL PREJUDICADO – DECISÃO UNÂNIME.

MF A oposição, espécie de intervenção de terceiros, tem destinação específica, que é afastar autor e réu da “*vexata quaestio*”, excluindo-os simultaneamente da demanda e pretendendo o bem juridicamente discutido para si, Opoente.

Segundo entendimento pacífico da doutrina, o terceiro, opoente, solicita contra o autor uma ação declaratória negativa da pretensão deste e, contra o réu uma ação de condenação. A sua pretensão deve versar sobre o bem da vida objeto do pedido, seja uma coisa ou um direito obrigacional.

O entendimento jurisprudencial é que não cabe esta espécie de intervenção de terceiros, oposição, nas ações de execução, sendo acertada a sentença *a quo*, que indefere a inicial.

No tocante à apelação do Ministério Público, verifica-se que se tornou prejudicado, haja vista que os autores, representados por seus genitores, encontram-se, atualmente, maiores de idade, não sendo assim, mais obrigatória a intervenção do *parquet*.

Apelação da parte autora conhecida e improvida, mantendo-se os termos da sentença de 1º grau. Recurso de apelação do Órgão Ministerial, prejudicado em face da maior idade atingida pelos demandantes. Decisão unânime.

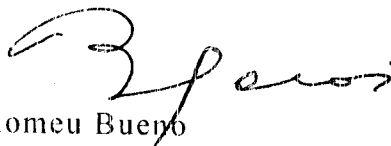
144

095

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos da APELAÇÃO CÍVEL Nº 31942-6 em que figura como Apelante HYNGRID THATIANE CORDEIRO DE FARIAS E OUTROS e como Apelado BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - BANDEPE, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça, acordam o seguinte: *"À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso de apelação da parte impugnada Hyngrid Thatiane Cordeiro de Farias e outros, e não se conheceu do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público, nos termos do voto da turma"*, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15/10/2009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente data.

Recife,

15-12-2009



Desembargador Bartolomeu Bueno

Presidente e Relator.



130  
2

096

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno  
**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 31942-6**

**COMARCA:** 1ª VARA – CARUARU

**APELANTE:** HYNGRID THATIANE CORDEIRO DE FARIAS E  
OUTROS

**APELADO:** BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A –  
BANDEPE E OUTROS

**RELATOR:** DES. BARTOLOMEU BUENO

**Relatório**

Trata-se de Apelação Cível em Ação de Oposição, interposta por **Hyngrid Thatiane Cordeiro de Farias e outro**, representados e assistidos por seus genitores, contra a sentença proferida pelo Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, na qual a inicial foi indeferida liminarmente, com fundamento no artigo 295, inciso III, do Código de Processo Civil.

Custas Processuais já recolhidas.

Em suas razões recursais de fls. 25/28, aduz o Apelante que a presente Ação foi ajuizada em oposição à penhora de bens impenhoráveis, nos moldes da Lei 8.009/1990. Alega que interpôs a oposição em processo de execução movida pelo Recorrido em face de seus genitores, encontrando respaldo jurídico na Lei e jurisprudência dos Tribunais nacionais, sendo meio próprio para evitar decisão que venha constituir elemento de perturbação ao direito.

Sustenta que os lotes penhorados em terreno para construção estão localizados e edificadas a residência do Recorrente, ocupando a área dos lotes, os quais foram penhorados, como também, foi penhorada a linha telefônica de nº 721 7006.

Ao final, requer o provimento do Recurso de Apelação reformando a sentença guerreada, reconhecendo e declarando como bens

1314  
097

impenhoráveis os lotes 1,2,3 e 4, da quadra K, situados à Rua Gouveia de Barros, Caruaru, bem como, a casa sobre este edificada e a linha telefônica, nos moldes do artigo 1º, da Lei 8.009/90.

Em suas contra razões de Apelação, requer o Recorrido pelo não provimento do presente Recurso de Apelação, mantendo-se na íntegra a sentença atacada. Requer, também, a condenação dos apelantes em honorários advocatícios, devendo, estes serem arbitrados em 20% (vinte por cento), nos termos do artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil.

Em Cota de fl. 36, o Ministério Público, este requer a baixa destes autos ao Juízo de origem para que se proceda à formalização daqueles atos, protestando por nova vista.

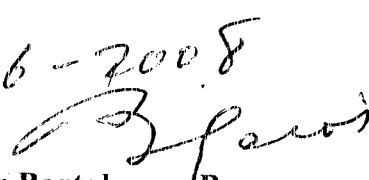
Às fls 49/50 o Ministério Público interpõe Recurso de Apelação, requerendo a decretação da nulidade da decisão atacada, para o fim de tornar nulos os atos praticados a partir das fls. 21 dos autos, dando vista a Promotoria para exame e manifestação do pedido inaugural e seguir o processo seus trâmites, dando-se, assim provimento ao presente Recurso.

Em parecer de fls. 63/54, a Procuradoria Geral de Justiça, opina pela decretação da nulidade do processo a partir das fl. 21, para que seja dada oportunidade ao parecer do Ministério Público.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 16-6-2008

  
Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



145  
098

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno  
**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 31942-6**  
COMARCA: 1ª VARA – CARUARU  
APELANTE: HYNGRID THATIANE CORDEIRO DE FARIAS E  
OUTROS  
APELADO: BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A –  
BANDEPE E OUTROS  
RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

**Voto**

Verifica-se, que o Apelante ofereceu Oposição nos autos da Ação de Execução movida pelo Banco do Estado de Pernambuco S/A – Bandepe – sob o argumento de que a Ação foi ajuizada em oposição à penhora de bens impenhoráveis, nos termos da Lei 8.009/1990.

Decidiu o Juiz Monocrático com acerto ao indeferir liminarmente à inicial, entendendo que a Oposição é cabível no processo de conhecimento, não sendo possível no processo de execução.

Dessa forma, verifica-se, que razão não assiste ao Opoente/Apelante, como será abaixo explicado.

Sabe-se que, a oposição, espécie de intervenção de terceiros, tem destinação específica, que é afastar autor e réu da “vexata quaestio”, excluindo-os simultaneamente da demanda e pretendendo o bem juridicamente discutido para si, Opoente.

Segundo Humberto Theodoro Júnior, em sua obra “Processo de Conhecimento”, Vol. I, 18ª edição, Forense, pág. 116: “Consiste a oposição, portanto, na ação de terceiro para excluir tanto o autor como o réu. Com esta intervenção no processo alheio, o terceiro visa defender o que é seu e está sendo disputado em juízo por outrem. É medida de livre iniciativa do terceiro, simples faculdade sua, visto que nenhum prejuízo jurídico pode lhe causar a sentença a ser proferida num processo em que não figura como

parte. Mas, sem dúvida, pode o processo alheio acarretar-lhe dano de fato, que exigirá, mais tarde, uma outra ação para obter a respectiva reparação. Desde logo, portanto, pode o oponente, para abreviar a solução da pendência entre ele e as duas partes do processo, pedir o reconhecimento judicial de seu direito, que exclui o dos litigantes".

No dizer de Celso Agrícola Barbi, Comentários ao Código de Processo Civil, Forense, 1975, pág. 313: "A oposição resulta, sob o ponto de vista jurídico, de haver conexão entre a sua ação e a já existente, por identidade de objeto, que o mesmo em todas essas ações".

Na Oposição, consoante entendimento generalizado na doutrina, o terceiro oponente solicita contra o autor uma ação declaratória negativa da pretensão deste, e contra o réu uma ação de condenação. A pretensão do oponente deve versar sobre o bem da vida objeto do pedido, seja uma coisa ou um direito obrigacional.

Nesse sentido, se posiciona a jurisprudência:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE OPOSIÇÃO - DESCABIMENTO EM EXECUÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. - O entendimento pretoriano sedimenta-se no sentido de que na execução não cabe a oposição, estando, de outro lado, assente que após a sentença descabe igual procedimento. - Precedentes jurisprudenciais. - Decisão: Conhecer da apelação cível e improvê-la. Unânime. Indexação: Execução judicial, impossibilidade, pedido, oposição. Tribunal de Justiça do Distrito Federal - APELAÇÃO CÍVEL 3830095 DF, 5ª Turma Cível - j. 12/12/1996, RELATOR: DÁCIO VIEIRA PUBLICAÇÃO: Diário da Justiça do DF: 11/06/1997 Pág: 12.389 Referências Legislativas: Código de Processo Civil Art-295 inc-1 inc-2 Art-16 Art-56 - Ramo do Direito: Direito Processual Civil".

Com relação ao Recurso de Apelação interposto pelo Ministério Público, no qual requer a nulidade da sentença proferida/vergasta, nos termos dos artigos 82, inciso I e 246, ambos do Código de Processo Civil, não pode ser conhecido, haja vista que está prejudicado.

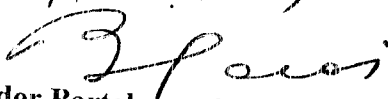
Sabe-se que nas causas em que há interesses de menores, é obrigatória a intervenção do Ministério Público, artigo 82, inciso I, do Código de Ritos. Ocorre que, no caso dos autos o Apelo do Ministério Público tornou-se prejudicado, haja vista

197  
100  
que os Demandantes, aqui representados por seus genitores, encontram-se maiores de idade, não sendo assim mais obrigatória a intervenção do órgão ministerial.

Ante o exposto, conheço do Recurso de Apelação interposto pela parte Autora, porém, NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a sentença em todos os seus termos, ao tempo em que não conheço do Apelo interposto pelo Ministério Público, eis que prejudicado, pois com a maioria atingida pelos Demandantes, o retorno dos autos ao Juízo de origem não exigiria, atualmente, a intervenção do Órgão Ministerial.

É como voto.

Recife, 15-10-2009



Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MILTON NEVES (REVISOR) E  
JOVALDO NUNES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

---

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE  
APELAÇÃO DA PARTE IMPUGNADA HYNGRID THATIANE CORDEIRO DE  
FARIAS E OUTROS, E NÃO SE CONHECEU DO RECURSO DE APELAÇÃO  
INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO VOTO DA  
TURMA".

---

*M. de*